

Museu Afro Brasil

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações de resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Assurance Services Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Associação Museu Afro Brasil
São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Museu Afro Brasil (“Associação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas” do nosso relatório, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Museu Afro Brasil em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

1. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6, o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 possui na rubrica de acervo de obras de arte o montante de R\$ 2.499 mil (R\$ 2.499 mil em 31 de dezembro de 2016). No exercício de 2017 a Associação recebeu em doação quarenta e quatro obras de arte as quais foram registradas a valor simbólico de R\$ 0,01 (um centavo) cada, em virtude de a identificação e determinação do valor justo desses ativos recebidos envolver premissas e estimativas complexas para sua determinação. As práticas contábeis adotadas no Brasil requerem a mensuração a valor justo de ativos recebidos em doação. Se essas obras de arte tivessem sido mensuradas pelos seus respectivos valores justos, a rubrica de acervo de obras de arte e o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 seriam afetados de forma relevante, assim como os elementos componentes das demonstrações do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data. Os efeitos da mensuração dos referidos valores justos sobre as demonstrações financeiras não puderam ser determinados.

2. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6, no exercício de 2016, a Associação procedeu a avaliação do valor justo do acervo de obras de arte recebido em doação, apurando o montante de R\$ 1.951 mil, registrado na rubrica de imobilizado em contrapartida a rubrica de doações no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Até a data de conclusão dos nossos trabalhos, a Associação ainda está em processo de revisão do laudo de avaliação a fim de contemplar os critérios e metodologias utilizadas para a mensuração do valor justo.

Consequentemente, não foi possível concluir sobre a adequação da avaliação da mensuração do valor justo do acervo de obras de arte recebido em doação, no montante de R\$1.951 mil. Os efeitos da mensuração dos referidos valores justos sobre as demonstrações financeiras não puderam ser determinados.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Outros assuntos - Valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Associação Museu Afro Brasil relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram examinadas por outros auditores independentes que sobre elas emitiram relatório de auditoria datado de 26 de janeiro de 2017, contendo modificação relacionada ao mesmo assunto descrito no parágrafo 2 da seção intitulada “Base para opinião com ressalvas” deste relatório.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

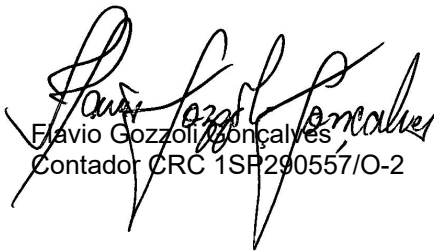
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de fevereiro de 2018.

KPMG Assurance Services Ltda.
CRC 2SP023228/O-4



Flávio Gozzoli Gonçalves
Contador CRC 1SP290557/O-2

Associação Museu Afro Brasil

Balancos patrimoniais exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2017	31/12/2016 (reclassificado)	Passivo	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa		33	229	Fornecedores		372	87
Recursos vinculados a projetos	5	1.703	1.723	Obrigações trabalhistas e encargos sociais	7	690	754
Estoques		139	134	Obrigações tributárias		107	102
Outras contas a receber		64	68	Projetos a executar	8	476	833
Total do ativo circulante		<u>1.939</u>	<u>2.154</u>	Outras contas a pagar		<u>147</u>	<u>189</u>
				Total do passivo circulante		<u>1.792</u>	<u>1.965</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Obrigações com o Estado - imobilizado	6	882	887
Depósitos judiciais		238	23	Provisão para contingências	9	<u>398</u>	<u>363</u>
Imobilizado	6	3.331	3.337	Total do passivo não circulante		<u>1.280</u>	<u>1.250</u>
Intagível		-	5				
Total do ativo não circulante		<u>3.569</u>	<u>3.365</u>	Patrimônio líquido	11		
				Patrimônio social		2.304	90
				Superávit acumulado		<u>132</u>	<u>2.214</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>2.436</u>	<u>2.304</u>
Total do ativo		<u><u>5.508</u></u>	<u><u>5.519</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>5.508</u></u>	<u><u>5.519</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Museu Afro Brasil

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016 (reclassificado)
Receitas operacionais			
Com restrição - atividades culturais			
Recursos do contrato de gestão	12	11.080	9.699
Receita patrocínio de projetos		691	1.011
Voluntários	3.1	41	16
		<u>11.812</u>	<u>10.726</u>
Sem restrição - atividades culturais			
Doações pessoas físicas e jurídicas		51	2.114
Outras receitas		133	370
		<u>184</u>	<u>2.484</u>
Total		<u>11.996</u>	<u>13.210</u>
Despesas operacionais			
Atividades culturais			
Despesas com pessoal	13	(6.796)	(6.229)
Despesas Gerais (programa cultural)	14	(3.642)	(3.486)
Despesas Gerais (patrocínio de projeto)		(691)	(695)
Despesas com depreciação		(46)	(35)
Impostos,taxas e contribuições		(34)	(95)
Outras despesas		(382)	(259)
Voluntários	3.1	(41)	(16)
		<u>(11.632)</u>	<u>(10.815)</u>
Resultado operacional antes das despesas administrativas		364	681
Despesas Gerais		(168)	(72)
Despesas com depreciação		-	(36)
Impostos,taxas e contribuições		(2)	(4)
		<u>(170)</u>	<u>(112)</u>
Resultado antes das despesas financeiras			
Despesas Financeiras		<u>(62)</u>	<u>(69)</u>
Superávit do exercício		<u>132</u>	<u>2.214</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Museu Afro Brasil

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Superávit do exercício	132	2.214
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>132</u></u>	<u><u>2.214</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Museu Afro Brasil

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Patrimônio social	Superávit /(déficit) acumulados	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2016	629	(539)	90
Incorporação do déficit ao patrimônio social	(539)	539	-
Superávit do exercício	-	2.214	2.214
Saldo em 31 de dezembro de 2016	90	2.214	2.304
Incorporação do superávit ao patrimônio social	2.214	(2.214)	-
Superávit do exercício	-	132	132
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.304	132	2.436

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Museu Afro Brasil

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016 (reclassificado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	132	2.214
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	43	77
Doações de obras de arte	-	(1.951)
Provisão para contingência	35	(60)
Provisão para obsolescência do estoque	-	126
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento)/redução nos ativos em		
Recursos vinculados a Projetos	20	(405)
Outras contas a receber	4	(33)
Estoques	(5)	19
Depósitos judiciais	(215)	(9)
Aumento/(redução) nos passivos em		
Fornecedores	285	(75)
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	(64)	46
Obrigações tributárias	5	26
Projetos a executar	(357)	298
Outras contas a pagar	(42)	41
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	<u>(159)</u>	<u>314</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	<u>(37)</u>	<u>(103)</u>
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	<u>(37)</u>	<u>(103)</u>
(Redução)/aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u><u>(196)</u></u>	<u><u>211</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	229	18
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>33</u>	<u>229</u>
(Redução)/aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u><u>(196)</u></u>	<u><u>211</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

Constituída em 07 de dezembro de 2004, a Associação Museu Afro ou (“Associação”), é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, localizada no Parque Ibirapuera, que tem por objetivos a promoção da cultura e da educação, a defesa e conservação do patrimônio histórico, cultural e artístico, por meio da colaboração técnica, material e financeira visando a preservação e conservação do acervo artístico e a divulgação do Museu Afro-Brasil. Em 08 de abril de 2009 a entidade foi qualificada como Organização Social de Cultura, nos termos da Lei Complementar do Estado de São Paulo nº 846/98.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 07 de fevereiro de 2018.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não-derivativos registrados por meio do resultado, mensurados pelo valor justo.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Associação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota 3.d (ii)** - vida útil do ativo imobilizado;
- **Nota 9** - Provisões para contingências.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

A Associação reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Associação tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e Recebíveis

Esses são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem outras contas a receber.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e bancos conta movimento. Os recursos financeiros que a Associação possui, mas que estão vinculados a projetos, são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos.

Recurso vinculados a projetos

Os recursos vinculados a projetos abrangem saldos de caixa e bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados para fazer frente às obrigações de projetos relacionados a contrato de gestão e projetos incentivados e outros ajustes que lhe deram origem.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Associação tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(ii) Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2017 e 2016, incluindo operações de *hedge*.

b. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas incentivadas

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício e de acordo com a NBC TG 07 - Subvenção e assistências governamentais. Os valores recebidos e empregados do Contrato de Gestão e Projetos Especiais originados de contratos com a Secretaria de Cultura são registrados da seguinte forma:

- **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a projetos e o crédito de projetos vinculados a executar no passivo circulante.
- **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos do Contrato de Gestão e dos recursos incentivados, são reconhecidas as despesas correspondentes, sendo as despesas reconhecidas em contrapartida ao débito do passivo de projetos vinculados a executar.

c. Estoques

Os estoques estão relacionados, aos livros e catálogos recebidos em doação ou adquiridos no mercado e outros produtos de revenda. Esses valores são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio. Os valores de estoques contabilizados, não excedem os valores de mercado.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulado, quando necessário.

As obras de arte integrantes no exercício de 2017 ao acervo imobilizado da Associação, estão apresentados pelo valor simbólico de R\$ 0,01 (um centavo) cada, as demais obras foram registradas pelo valor justo, conforme mencionado na nota explicativa nº 6.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Instalações	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Equipamentos processamento de dados	5 anos
Equipamentos de telecomunicação	5 anos
Ferramentas	5 anos
Biblioteca	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e. Intangível

Compreendem os ativos adquiridos de terceiros, sendo mensurados pelo custo total de aquisição menos a amortização. Os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, que é de 5 anos, a partir da data em que estão disponíveis para uso.

f. Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Associação não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

g. Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

h. Benefícios a empregados

A Associação não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer outro plano de aposentadoria ou de benefícios para os empregados e dirigentes após sua saída. Adicionalmente, não mantém plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de planos de bônus ou de participações.

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidos como despesas de pessoal conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago, se a Associação tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

i. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

j. Doações e patrocínios de terceiros

As doações para custeio são reconhecidas como receita no resultado do exercício quando efetivamente recebidas em função da Associação não conseguir estimar, com razoável precisão, as datas e os valores que tais doações serão efetivamente recebidas.

Os patrocínios incentivados e outros recursos vinculados recebidos pela entidade, quando há segurança de que as condições estabelecidas serão cumpridas pela Associação, são reconhecidas como passivo e apropriadas ao resultado a medida que transcorra a efetivação dos compromissos assumidos em contrapartida do recebimento.

k. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras.

l. Receitas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) -Entidade sem Finalidade de Lucro, a Associação valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2017 a Associação registrou o montante de R\$ 41 (R\$ 16 em 2016) referente a trabalhos voluntários.

m. Gerenciamento de risco financeiro

A Associação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos usos de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de mercado

A Associação apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Associação, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº15.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Associação são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Associação.

n. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Associação estão mencionadas abaixo. A Associação não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras da Associação em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Associação detiver e da condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Associação fará no futuro, no entanto, a Associação considera que os novos requerimentos de classificação dos ativos e passivos financeiros não terão impactos significativos na sua mensuração.

IFRS 15 - Receita de contrato com clientes (Revenue from Contracts with Customers)

A IFRS 15 (CP C47) introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 Receitas, CPC 17 Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. As receitas da Associação incluem principalmente, além dos recursos financeiros provenientes do Poder Público para execução do objeto do Contrato de Gestão, as fontes de recursos advindas de (i) receitas auferidas pela prestação de serviços e pela realização de atividades, tais como taxa de inscrição e parcerias com agentes culturais, (ii) da utilização de seus espaços físicos, (iii) doações e (iv) rendimentos de aplicações e ativos financeiros.

Este pronunciamento deverá ser aplicado para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A Associação não concluiu as análises dos efeitos da adoção desta norma porém não são esperados efeitos relevantes da adoção desta norma nas Demonstrações Financeiras.

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para Associações que aplicam a IFRS 15 (CPC 47) Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial deste. A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Associação não efetua operações de arrendamento, não havendo assim impacto nas Demonstrações Financeiras.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4 Reclassificações

Reclassificação dos valores correspondentes

Por mudança voluntária da administração nas políticas contábeis de apresentação do Balanço patrimonial e das Demonstrações de Resultados, os valores correspondentes relativos às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram reclassificados no Balanço Patrimonial com a reclassificação de recursos financeiros de caixa e equivalentes de caixa para recursos vinculados e nas Demonstrações de Resultados no grupo de despesas das atividades (sem restrição) para as despesas operacionais por função, nos montantes apresentados abaixo para uma melhor apresentação das demonstrações contábeis, seguindo as políticas previstas no pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro.

Balanço patrimonial

	Anteriormente apresentado	2016	
		Reclassificações	Reclassificado
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	1.952	(1.723) (a)	229
Recursos vinculados a projetos	-	1.723 (a)	1.723
Outros ativos	202	-	202
Total circulante	<u>2.154</u>	-	<u>2.154</u>
Total não circulante	3.365	-	3.365
Total do ativo	<u><u>5.519</u></u>	-	<u><u>5.519</u></u>

(a) reclassificação de "Caixa e equivalentes de caixa" para "Recursos vinculados a projetos".

Museu Afro Brasil
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016

Demonstrações do Resultado

	2016	2016	
	Anteriormente apresentado	Reclassificações	(Reclassificado)
Receitas operacionais			
Recursos governamentais - contrato de gestão	9.056	643 (a)	9.699
Captação - doações diversas	159	(159) (b);(c)	-
Patrocínio, leis de incentivo convênios e termos	1.056	(45) (b)	1.011
Financeiras com contrato de gestão	182	(182) (a);(b)	-
Outras receitas	8	(8) (a)	-
Voluntários	-	16 (d)	16
Total das receitas com restrição	10.461	265	10.726
Doações pessoas físicas e jurídicas	-	2.114 (c)	2.114
Vendas de mercadorias	204	(204) (a)	-
Doações	1.967	(1.967) (c)	-
Cessão onerosa	9	(9) (b)	-
Prestação de serviço	180	(180) (b)	-
Bilheteria	221	(221) (a)	-
Patrocínios	45	(45) (b)	-
Financeiras	37	(37) (a)	-
Voluntários	16	(16) (d)	-
Diversas	70	(70) (b)	-
Outras receitas	-	370 (b)	370
Total das receitas sem restrições	2.749	(265)	2.484
Total das Receitas Operacionais	13.210	-	13.210
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	(6.229)	-	(6.229)
Serviços prestados por terceiros	(1.840)	1.840 (g);(k)	-
Despesas gerais	(620)	620 (g);(h);(j);(k)	-
Despesas gerais (programa cultural)	-	(3.486) (k)	(3.486)
Despesas gerais (patrocínio de projetos)	-	(695) (g)	(695)
Impostos taxas e contribuições	-	(95) (h)	(95)
Programa de edificações, conservação, manutenção e segurança	(149)	149 (k)	-
Programa de acervo, conservação documentação e pesquisa	(161)	161 (k)	-
Programa de exposição e programações culturais	(1.066)	1.066 (g);(k)	-
Programa de serviços educativos e projetos especiais	(48)	48 (g);(k)	-
Programa de ações de apoio SISEM	(1)	1 (k)	-
Programa de comunicação	(95)	95 (f);(j)	-
Materiais editoriais	(134)	134 (k)	-
Depreciação e amortização	(35)	-	(35)
Despesas bancárias e financeiras	(83)	83 (h);(l);(k)	-
Outras despesas	-	(259) (j)	(259)
Serviços voluntários	-	(16) (e)	(16)
Resultado das atividades culturais	(10.461)	(354)	(10.815)
Despesas com pessoal	(20)	20 (f)	-
Prestação de serviços	(38)	38 (k)	-
Gerais	(136)	136 (g);(k)	-
Impostos e taxas	(64)	64 (h)	-
Financeiras	(19)	19 (l)	-
Serviços voluntários	(16)	16 (e)	-
Outras despesas	(205)	205 (g);(k)	-
Depreciação e amortização	(37)	1	(36)
Despess gerais	-	(72) (f)	(72)
Impostos e taxas e contribuições	-	(4)	(4)
Total das despesas sem retrições	(535)	423	(112)
Resultado financeiro	-	(69) (l)	(69)
Resultado	2.214	-	2.214

Museu Afro Brasil
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016

- (a) Reclassificação de R\$ 173 "Financeiras contrato gestão" e R\$ 8 "Outras receitas" - (receitas com restrição), para a rubrica de "Recursos governamentais - contrato de gestão" (receitas sem restrições). Reclassificação de R\$ 204 "Vendas de mercadorias", R\$ 221 "Bilheteria" e R\$ 37 "Financeiras" (receitas sem restrições) para "Recursos governamentais - contrato de gestão" (receitas sem restrições).
- (b) Reclassificação de R\$ 9 "Cessão onerosa", R\$ 45 "Patrocínios", R\$ 180 de "Prestação de serviços", R\$ 70 "Diversas (receitas sem restrições) para a rubrica de "Outras receitas" (receitas sem restrições). R\$ 9 "Financeiras com contrato de gestão", R\$ 45 de "Patrocínios leis de incentivo convênio e termos", R\$ 12 de "Captação - doações diversas (receitas com restrições) para a rubrica de "Outras receitas" (receitas sem restrições).
- (c) Reclassificação de R\$ 147 "Captação - doações diversas" (receitas com restrição) para "Doações pessoas físicas e jurídicas" (receitas sem restrição). Reclassificação de R\$ 1.967 "Doações" (receitas sem restrições) para "Doações pessoas físicas e jurídicas" (receitas sem restrições).
- (d) Reclassificação de R\$ 16 "Voluntários" (receitas sem restrições), para a rubrica de Voluntários (receitas com restrições).
- (e) Reclassificação de R\$ 16 "Voluntários" (despesas sem restrições), para a rubrica de Voluntários (despesas com restrições).
- (f) Reclassificação de R\$ 20 "Despesas com pessoal", R\$ 19 "Financeiras", (despesas sem restrições), R\$ 52 de "Programa de comunicação" (despesas com restrições), para a rubrica de Despesas gerais" (despesas sem restrições).
- (g) Reclassificação de: R\$ 123 "serviços prestados por terceiros", R\$ 107 "Despesas gerais", R\$ 432 "Programa de exposição e programações culturais" e R\$ 3 Programa de serviços educativos e projetos especiais, para a rubrica de "Despesas gerais "Patrocínio de projetos", (Despesas com restrição) e R\$ 6 de "Gerais" e R\$ 20 "Outras despesas" (Despesas sem restrição), para a rubrica de "Patrocínio de projetos", (Despesas com restrição).
- (h) Reclassificação de R\$ 64 de impostos e taxas (despesas sem restrição), para a rubrica de "Impostos taxas e contribuições" (despesas com restrições), R\$ 3 despesas bancárias e financeiras e R\$ 28 de despesas gerais (despesas com restrição) para a rubrica de "Impostos taxas e contribuições";
- (j) Reclassificação de R\$ 219 de "despesas gerais", R\$ 40 de "Programa de comunicação" para a rubrica de "outras despesas"(despesas com restrições).
- (k) Reclassificação de R\$ 1.717 "Serviços prestados por terceiros", R\$ 149 "Programa de edificações, conservação, manutenção e segurança", R\$ 161 "Programa de acervo, conservação documentação e pesquisa", R\$ 634 "Programa de exposição e programações culturais", R\$ 45 "Programa de serviços educativos e projetos especiais", R\$ 1 "Programa de ações de apoio SISEM" R\$ 95 "Programa de comunicação", R\$ 134 "Materiais editoriais", R\$ 30 "Despesas bancárias e financeiras, para a rubrica de "Despesas Gerais (programa cultural)- (despesas com restrições), reclassificação R\$ 38 "Prestação de serviço", R\$ 130 "Gerais" e R\$ 185 "Outras despesas" (despesas sem restrições), para a rubrica de "Despesas Gerais (programa cultural) e R\$ 266 de "Despesas Gerais" para "Despesas Gerais - programa cultural (despesas com restrições).
- (l) Reclassificação de R\$ 50 de despesas bancárias (despesas com restrições) para a rubrica de "resultado financeiro" e R\$ 19 "Financeiras" para a rubrica de "resultado financeiro".

Demonstrações dos fluxos de caixa

	2016	2016	
	Anteriormente apresentado	Reclassificações	Reclassificado
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Superávit do exercício	2.214	-	2.214
Itens que não afetam o caixa operacional	(1.812)		(1.812)
Superávit do exercício ajustado	402	-	402
Varição nos ativos e passivos			
(Aumento) / redução nos ativos em			
Recursos vinculados a projetos	-	(405) a)	(405)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	317	-	317
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	719	(405)	314
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento	(103)	-	(103)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	616	(405)	211
Caixa e equivalentes de caixa em 1o de janeiro	1.336	(1.318)	18
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	1.952	(1.723)	229
	616	(405) a)	211

(a) efeito líquido da reclassificação de "caixa e equivalentes de caixa" para "Recursos vinculados a projetos".

As Demonstração de Resultado Abrangente não foi impactada pelas reclassificações apresentada acima.

5 Recursos vinculados a projetos

	2017	2016
Banco conta movimento	214	32
Aplicações financeiras	1.489	1.691
	1.703	1.723

Os recursos vinculados a projetos referem-se substancialmente a recursos recebidos pela Associação que serão utilizados exclusivamente nos projetos incentivados, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa e são remunerados às taxas que variam entre 92% a 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 2017 e 2016 respectivamente.

6 Ativo imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
				2017	2016
				Total	

	Saldo em 01/01/2017	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2017
Movimentação do custo				
Equipamentos de processamento de dados	367	21	-	388
Equipamento de telecomunicação	34	-	-	34
Ferramentas	49	-	-	49
Instalações	102	-	-	102
Móveis e utensílios	308	2	-	310
Máquinas e Equipamentos	289	14	-	303
Biblioteca	32	-	-	32
Acervo - obras de Arte (a)	2.499	-	-	2.499
Acervo - esculturas	686	-	-	686
Total	4.366	37	-	4.403

Museu Afro Brasil
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016

Movimentação da depreciação	Saldo em 01/01/2017	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2017
Equipamentos de processamento de dados	(364)	(4)	-	(368)
Equipamento de telecomunicação	(33)	(1)	-	(34)
Ferramentas	(46)	(3)	-	(49)
Instalações	(75)	(3)	-	(78)
Móveis e utensílios	(253)	(16)	-	(269)
Máquinas e Equipamentos	(241)	(14)	-	(255)
Biblioteca	(17)	(2)	-	(19)
Total	(1.029)	(43)	-	(1.072)
Saldo líquido	3.337	(6)	-	3.331

- (a) Em 2017 a Associação recebeu como doação 44 (quarenta e quatro) obras de arte que foram registradas ao valor simbólico de R\$ 0,01 (um centavo) cada, devido os saldos estarem apresentados em reais mil, não é possível identificar essa variação na movimentação do ativo imobilizado.

No exercício de 2016 a Associação registrou o montante de R\$ 1.951, correspondente as obras de artes recebidas como doação, que até então não estavam registradas no balanço da Associação, o valor justo correspondente a esses ativos estão em processo de revisão do laudo de avaliação a fim de contemplar eventuais alterações para melhor clareza em relação a critérios e metodologias utilizadas para sua mensuração.

Movimentação do custo	Saldo em 01/01/2016	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2016
Equipamentos de processamento de dados	367	3	(3)	367
Equipamento de telecomunicação	34	-	-	34
Ferramentas	45	4	-	49
Instalações	74	28	-	102
Móveis e utensílios	303	5	-	308
Máquinas e Equipamentos	276	13	-	289
Biblioteca	22	10	-	32
Acervo - obras de Arte (a)	548	1.951	-	2.499
Acervo - esculturas	646	40	-	686
Total	2.315	2.054	(3)	4.366

Movimentação da depreciação	Saldo em 01/01/2016	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2016
Equipamentos de processamento de dados	(367)	-	3	(364)
Equipamento de telecomunicação	(30)	(3)	-	(33)
Ferramentas	(43)	(3)	-	(46)
Instalações	(69)	(6)	-	(75)
Móveis e utensílios	(221)	(32)	-	(253)
Máquinas e Equipamentos	(209)	(32)	-	(241)
Biblioteca	(16)	(1)	-	(17)
Total	(955)	(77)	3	(1.029)
Saldo líquido	1.360	1.977	-	3.337

O imobilizado da Associação é composto pelos ativos de propriedade da Associação e os de propriedade da Secretária da Cultura, que foram integrados a Associação e ou adquiridos com recursos advindos do contrato de gestão e podem ser assim apresentados:

Museu Afro Brasil
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016

Custo	2017			2016		
	Contrato de gestão	Associação	Total	Contrato de gestão	Associação	Total
Equipamentos de processamento de dados	290	98	388	269	98	367
Equipamento de telecomunicação	18	16	34	18	16	34
Ferramentas	15	34	49	15	34	49
Instalações	34	68	102	34	68	102
Móveis e utensílios	147	163	310	145	163	308
Máquinas e Equipamentos	138	165	303	125	164	289
Biblioteca	23	9	32	23	9	32
Acervo - obras de Arte	418	2.101	2.479	418	2.081	2.499
Acervo - esculturas	327	379	706	327	359	686
Total	1.410	2.993	4.403	1.374	2.992	4.366

Depreciação	2017			2016		
	Contrato de gestão	Associação	Total	Contrato de gestão	Associação	Total
Equipamentos de processamento de dados	(270)	(98)	(368)	(266)	(98)	(364)
Equipamento de telecomunicação	(18)	(16)	(34)	(17)	(16)	(33)
Ferramentas	(15)	(34)	(49)	(12)	(34)	(46)
Instalações	(10)	(68)	(78)	(7)	(68)	(75)
Móveis e utensílios	(105)	(164)	(269)	(90)	(163)	(253)
Máquinas e Equipamentos	(100)	(155)	(255)	(87)	(154)	(241)
Biblioteca	(10)	(9)	(19)	(8)	(9)	(17)
Total	(528)	(544)	(1.072)	(487)	(542)	(1.029)

Saldo líquido	882	2.449	3.331	887	2.450	3.337
----------------------	------------	--------------	--------------	------------	--------------	--------------

7 Obrigações Trabalhistas e encargos sociais

	2017	2016
Provisão de Férias	497	535
INSS a recolher	122	113
FGTS a recolher	37	38
PIS a recolher	6	6
Outros	28	62
	<u>690</u>	<u>754</u>

8 Projetos vinculados a executar

A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Associação e os rendimentos financeiros desses recursos, bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo).

	Saldos em 01/01/2016	Valores recebidos / repasses	Captação de recursos e outros créditos	Rendimentos financeiros	Outras movimentações	Consumo e imobilizações	Saldos em 31/12/2017
Contrato gestão nº 004/2013 (a)	1.230	9.858	680	188	(127)	(10.947)	882
(-) obrigação com o Estado - Imobilizado	(887)	-	-	-	-	5	(882)
Total projetos a executar - contrato de gestão	343	9.858	680	188	(127)	(10.942)	-
Projeto Portugal	432	-	-	6	-	(438)	-
Projeto Barroco	-	147	-	2	-	(38)	111
Projeto João Camara	-	200	-	-	-	-	200
Projeto Portugal - PROAC	34	-	-	1	(2)	(33)	-
Projeto Rainer Hartmut	24	-	320	3	-	(182)	165
Total projetos a executar - patrocínios	490	347	320	12	(2)	(691)	476
Projetos a executar	833	10.205	1.000	200	(129)	(11.633)	476

- **Valores recebidos/captados** - referem-se aos montantes recebidos ou captados para incentivo aos projetos vinculados.
- **Rendimentos financeiros** - referem-se a rendimento das aplicações financeiras dos recursos vinculados aos projetos que, de acordo com a norma contábil, são reconhecidos no ativo em contrapartida aos projetos a executar.
- **Consumo** - referem-se aos gastos que foram empregados nos projetos ao longo do exercício social.

a. Contrato de Gestão - 004/2013

A Associação firmou com o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Cultura, o contrato de gestão nº 04/2013, firmado em 21 de junho de 2013, com vigência contratual até 31 de dezembro de 2017, para a execução de atividades e serviços na área cultural a serem desenvolvidos no Museu Afro Brasil, com o valor global de repasses estimados na época em R\$ 48.589. O valor global do contrato de gestão, após o 8º aditamento, perfaz o montante de R\$ 43.454. Abaixo estão demonstradas as datas das alterações contratuais, efetuadas por meio de aditivos e o cronograma de recebimento dos projetos:

- 1º termo de aditivo datado em 27 de dezembro de 2013;
- 2º termo de aditivo datado em 26 de dezembro de 2014;
- 3º termo de aditivo datado em 06 de novembro de 2014;
- 4º termo de aditivo datado em 15 de dezembro de 2014;
- 5º termo de aditivo datado em 21 de maio de 2015;
- 6º termo de aditivo datado em 28 de dezembro de 2015;
- 7º termo de aditivo datado em 28 de dezembro de 2016;
- 8º termo de aditivo datado em 11 de maio de 2017, vigente até 31 de dezembro de 2017.

Repasses do Contrato de Gestão nº 04/2013	Recebidos
2013	4.500
2014	10.174
2015	9.461
2016	9.461
2017	9.858
	<hr/>
	43.454
	<hr/> <hr/>

O encerramento do Contrato de Gestão se deu regularmente na data prevista de 31 de dezembro de 2017.

b. Contrato de Gestão - 003/2017

A Associação firmou com o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Cultura, o contrato de gestão nº 03/2017, firmado em 21 de dezembro de 2017, com início de vigência de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2022, para a execução de atividades e serviços na área cultural a serem desenvolvidos no Museu Afro Brasil, com o valor global de repasses estimados em R\$ 47.305. Abaixo demonstramos o cronograma de recebimento do contrato para os exercícios correspondentes:

Repasses do Contrato de Gestão nº 03/2017	R\$
2018	9.772
2019	9.772
2020	9.254
2021	9.254
2022	9.253
	<hr/>
	47.305
	<hr/> <hr/>

Outras informações

Além dos recursos financeiros provenientes do Poder Público, para execução do objeto dos Contratos de Gestão, a Associação também mantém as seguintes fontes de recursos:

- (i) Receitas auferidas pela venda de mercadorias (loja), prestação de serviços e pela realização de atividades, tais como taxa de administração de projetos;
- (ii) Doações, legados e contribuições de pessoas físicas e entidades nacionais e estrangeiras; e
- (iii) Rendimentos de aplicações e ativos financeiros.

Por força dos Contratos de Gestão, a Associação está obrigada a cumprir determinadas metas, as quais são trimestralmente e anualmente avaliadas pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão da Secretaria da Cultura. No caso de não cumprimento dessas metas, a Associação poderá sofrer penalidades que podem incorrer em redução e/ou extinção dos repasses contratados.

Os relatórios trimestrais relativos ao período de março, junho e setembro de 2017 foram preparados e encaminhados para as Unidades da Secretaria da Cultura, e já foram objetos de apreciação e aprovação pela respectiva Unidade Gestora. As prestações de contas referentes aos relatórios de atividades anual serão enviados em fevereiro de 2018.

Os recursos provenientes dos Contratos de Gestão são contabilizados como receitas quando aplicados nos projetos; em decorrência, os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante na rubrica de projetos a executar, representando a parcela remanescente a ser aplicada no projeto, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos decorrentes de sua aplicação.

9 Provisão para Contingências

O Museu Afro reconhece a provisão para riscos civis e trabalhistas quando seus assessores jurídicos consideram como provável o risco de perda de demandas judiciais e administrativas, que acarretarão em desembolso de recursos que possam ser mensurados com razoável nível de segurança.

Em 31 de dezembro de 2017, a Associação figura como reclamada em ações de natureza trabalhista e cível. Foi registrado como provisão, o valor de R\$ 398 (R\$ 363 em 2016), relativo ao risco classificado pelos assessores jurídicos como de perda provável, considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso.

10 Remuneração da Administração

O Estatuto Social da Associação possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho e remuneração dos membros da Diretoria Executiva. A Associação não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, e aplica integralmente no País os recursos destinados à manutenção de suas atividades.

11 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é composto, substancialmente, pelo patrimônio social e pelos déficits/superávits apurados anualmente.

Em caso de extinção ou desqualificação da Associação, seu patrimônio, legados ou doações assim como eventuais excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados integralmente ao patrimônio de outra Organização Social, qualificada no âmbito do Estado de São Paulo na mesma área de atuação, escolhida em Assembléia Geral e ao patrimônio do Estado, na proporção dos recursos e bens por estes alocados, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 846/98 no Decreto Estadual nº 43.493/98.

12 Receitas operacionais

	2017	2016
Recursos do contrato de gestão	10.212	9.056
Doações de pessoas físicas e jurídicas	8	10
Bilheteria	203	221
Receita Financeira	188	158
Outras Receitas	469	254
	<u>11.080</u>	<u>9.699</u>

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8, além dos recursos financeiros provenientes do Poder Público, para execução do objeto do Contrato de Gestão, a Associação também mantém as fontes de recursos advinda de (i) receitas auferidas pela prestação de serviços e pela realização de atividades, tais como bilheterias, (ii) da utilização de seus espaços físicos, (iii) doações e (iv) rendimentos de aplicações e ativos financeiros.

Acima apresentamos as receitas auferidas por meio dessas captações e provenientes do Poder Público.

13 Despesas com pessoal

	2017	2016
Salários	3.556	3.295
INSS	1.187	1.092
FGTS	424	342
Férias	399	422
Vale-refeição	332	318
13º salário	303	316
Assistência médica	245	251
Rescisões	133	16
Autônomos	53	25
PIS - folha	44	40
Vale-transporte	38	36
Outras despesas com pessoal	82	76
	<u>6.796</u>	<u>6.229</u>

14 Despesas Gerais (programa cultural)

	2017	2016
Serviços de Terceiros	2.125	1.756
Conservação e Manutenção	630	165
Programação Cultural (a)	363	801
Água, Luz Telefone	274	300
Projeto Gráfico (b)	41	44
Serviços Educativos (c)	30	22
Exposições Itinerantes (d)	9	1
Outras despesas	170	397
	3.642	3.486

A seguir apresentamos a composição das despesas gerais das principais atividades da Associação:

Descrição	Programas							
	Programação cultural (a)		Projeto Gráfico (b)		Serviços educativos (c)		Exposições Itinerantes (d)	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Embalagem	-	95	-	-	-	-	-	-
Fotografia e cenografia	13	23	-	-	-	-	-	-
Fretes e carretos	59	158	-	-	-	-	-	-
Hospedagem e estadias	6	159	-	-	-	-	5	-
Materiais para montagem e manutenção	77	46	-	-	-	-	3	1
Outras despesas	54	192	4	15	30	22	1	-
Seguros	64	12	-	-	-	-	-	-
Serviços aduaneiros	-	89	-	-	-	-	-	-
Serviços de impressão e publicação	81	27	18	14	-	-	-	-
Serviços de recepção e plestrantes	9	-	-	-	-	-	-	-
Serviços de manutenção	-	-	19	15	-	-	-	-
	363	801	41	44	30	22	9	1

15 Instrumentos financeiros

A Associação opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Associação não efetuou operações com derivativos.

Instrumentos financeiros “Não derivativos”

Todos os ativos financeiros “não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Associação, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);
- **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Associação está classificado como Nível 2 (representado pelas aplicações financeiras).

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2017, a Associação está sujeita aos fatores de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Associação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Abordagem da Associação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Associação, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Associação. O Objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando a mitigação deste tipo de risco, a Associação centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham, a variação do CDI - certificado de depósito interbancário e fundos de renda fixa.

16 Avais, fianças e garantias

A Associação não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante o exercício de 2017 e 2016.

17 Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Associação apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

- IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica)
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)
- ISSQN (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza)
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias
- ITCMD (Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de quaisquer bens ou direitos)

18 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era de R\$ 8.530 e R\$ 500 para responsabilidade civil.

* * *

Fernando Antonio Franco Montoro
Diretor Administrativo Financeiro

Emanoel Alves de Araújo
Diretor Executivo

Rogério Gerlah Paganatto
CRC 1SP131987/0-3